



Jane de Araújo/Agência Senado — 8/6/2017



Presidente do Senado, Eunício Oliveira coordena sessão de votações em Plenário

Reforma política pode ser votada nesta semana

Proposta altera a idade mínima para os cargos de governador e vice. Também estão na pauta do Plenário fim de prescrição para crime de estupro e Simples Municipal

O Plenário pode votar, a partir de hoje, quatro propostas de emenda à Constituição. Uma delas, pronta para votação em primeiro turno, reduz a idade mínima para governadores e vices. Pelo texto, em vez de 30 anos, os candidatos poderão ter 29 anos. A ideia é permitir que jovens, pelo conceito do Estatuto da Juventude, possam ocupar esses cargos.

Outra PEC que já pode ser votada, esta

em segundo turno, é a que acaba com o prazo para punir quem cometer estupro. Também estão na pauta a proposta que cria o Simples Municipal, que busca facilitar a prestação de contas de pequenos municípios, e a que permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Três acordos internacionais também devem ser analisados nesta semana. **3**

Conselho de Ética deve analisar caso de Aécio até segunda **2**

Senadores iniciam visita à transposição do São Francisco **7**

Medida beneficida concessionárias de aeroportos **2**

Sancionada lei que cria taxas para Zona Franca de Manaus **2**

Policial e bombeiro militar passam a ter datas nacionais **2**

Ana Volpe/Agência Senado



O futuro da União Europeia é debatido por Guilherme Góes, Bruna Furlan, Fernando Collor, Celso Amorim e Klaus Dalggaard

Para debatedores, nova ordem global se configura

Na América, a eleição de Trump para presidir os Estados Unidos; na Europa, a saída do Reino Unido da União Europeia (o Brexit); e, na Ásia, a ascensão da China sinalizam o fim de um

ciclo na geopolítica internacional e a inauguração de uma nova ordem, segundo os convidados de audiência na Comissão de Relações Exteriores. Para o Brasil, as políticas de Trump podem

ser benéficas, avaliaram. O país não fazia parte do Tratado do Transpacífico, que acabou e faria o Brasil renunciar a autonomias econômicas para se adequar ao novo mercado local. **7**

Reforma trabalhista contraria OIT, aponta audiência

Participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos contestaram afirmação de que o projeto da reforma trabalhista tem chancela da

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Representantes de sindicatos disseram que a proposta, ao contrário, colide com princípios consagrados nas

convenções internacionais defendidas pela organização. Eles afirmaram que as centrais sindicais recorrerão à OIT, caso o texto seja aprovado no Senado. **8**

Genaldo Mangel/Agência Senado



Representantes de sindicatos, de juizes e do Ministério Público participam de audiência conduzida por Paim (3º à dir.)

especial cidadania

Crimes reduzem expectativa de vida de pessoas trans à metade

Assassinatos por transfobia (crime de ódio contra quem não se identifica com o gênero sexual com o qual nasceu) levam a expectativa de vida dessas pessoas

a cair para 35 anos, enquanto a média nacional é de 75,5 anos. Projetos apoiam lutas das pessoas trans, como o direito a ter o nome social em documentos. **4 e 5**



Seminário no Congresso debateu, no dia 13, a cidadania de pessoas trans

Marcos Oliveira/Agência Senado

Mudanças na CLT serão votadas hoje em comissão

O relatório do senador Ricardo Ferraço ao projeto que trata de mudanças na legislação trabalhista deve ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais. A previsão é que a proposta vá a Plenário dia 28, depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça. **8**

Bancos negam dívidas com a Previdência

Representantes dos maiores bancos do país afirmaram à CPI da Previdência que não têm dívidas previdenciárias, mas sim pagamentos pendentes que estão sendo questionados na Justiça. Eles dizem que há divergência sobre em quais parcelas salariais deve incidir imposto. **6**

Lei cria novas taxas para Zona Franca de Manaus

Cobrança foi instituída por medida provisória aprovada em maio pelo Senado. Objetivo é melhorar a arrecadação da Suframa para compensar prejuízo causado por suspensão de tributo considerado ilegal

DUAS NOVAS TAXAS serão cobradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). É o que estabelece a Lei 13.451/2017, sancionada com vetos pelo presidente Michel Temer e publicada ontem no *Diário Oficial da União*. As novas taxas valem a partir de hoje.

A lei é decorrente do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/2017, originário da Medida Provisória (MP) 757/2016. O texto foi aprovado pelo Senado em maio. O objetivo é melhorar a arrecadação da Suframa para compensar os prejuízos causados pela suspensão da Taxa de Serviços Administrativos (TSA), cobrada anteriormente na Zona Franca. A cobrança da TSA foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2016.

A nova lei cria a Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF), que incidirá sobre o ingresso de mercadorias estrangeiras e nacionais na área de jurisdição da Suframa, e a Taxa de Serviços (TS), que custeará a prestação de serviços oferecidos pela autarquia, como atualização cadastral, armazenagem e movimentação de cargas.

Ficarão isentos da TCIF as microempresas, as operações comerciais relativas a livros e jornais, equipamentos médico-hospitalares, dispositivo de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência e mercadorias que compõem a cesta básica comercializada em Manaus, nas zonas de livre comércio e na Amazônia Ocidental. Também serão isentos a União, os estados da Amazônia Ocidental, o Amapá e respectivos municípios, autarquias e fundações públicas.

Dia do Policial e do Bombeiro Militares será em 24 de junho

A data de 24 de junho será comemorada, a partir deste ano, como Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares. É o que prevê a Lei 13.449/2017, sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei é decorrente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/2016, aprovado no Senado em 25 de maio. A data escolhida remete ao dia 24 de junho de 1997, dia em que o cabo Valério dos Santos Oliveira foi atingido, aos 36 anos, por bala perdida durante um protesto da polícia militar por melhores condições de trabalho e de salário, em Belo Horizonte. O militar morreu em decorrência do disparo.

O relator do projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foi o então senador Pinto Itamaraty.



Vanessa Grazziotin foi relatora do projeto de lei de conversão originado da MP

O texto explicita uma diferença na cobrança da TCIF para a indústria e o comércio. Para a indústria, será cobrado valor fixo de R\$ 250 pelo Pedido de Licenciamento de Importação (PLI) ou por cada nota fiscal incluída em registro de Protocolo de Ingresso de Mercadorias (PIM). Também serão cobrados R\$ 45 para cada mercadoria constante do PLI ou de cada nota fiscal incluída em registro de PIM. Para ambos os casos, a cobrança deve respeitar o teto de 1,5% do valor total das mercadorias e do valor individual de cada uma. O objetivo é evitar que a taxa seja onerosa em relação ao valor total das operações.

Já no comércio, o valor nominal da TCIF será de R\$ 200, limitado a 0,5% do valor total das mercadorias. O adicional de cada item constante na nota será de R\$ 30, limitado a 0,5% do valor individual da correspondente mercadoria. Os valores da TCIF poderão ser atualizados anualmente.

Vetos

Um artigo do texto aprovado no Congresso previa a destinação exclusiva à Suframa dos recursos arrecadados pela TCIF e pela TS. O trecho foi vetado

por Temer, depois de consulta aos Ministérios da Justiça e do Planejamento. De acordo com Temer, o dispositivo, além de tornar o orçamento público mais rígido ao estabelecer nova despesa obrigatória e regras de utilização dos recursos, torna-o também ineficiente e ineficaz, ao vincular o montante de execução da despesa ao valor da receita arrecadada, e não às reais necessidades do órgão.

Também foi vetada uma emenda sugerida pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e acrescentada ao texto final pela relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A emenda permitia o parcelamento do débito de empresas que gozam dos incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus e que foram penalizadas pelo não investimento em pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com a justificativa do veto, o parcelamento viola uma série de normas, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. De acordo com a legislação, toda renúncia de receita deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da respectiva medida de compensação.

Aeroporto de Congonhas vai se chamar Deputado Freitas Nobre

O Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, passará a ter a denominação de Aeroporto Deputado Freitas Nobre. A homenagem está estabelecida na Lei 13.450/2017, sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada no *Diário Oficial da União* ontem.

A nova lei, já em vigor, origina-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 89/2012, aprovado pelo Senado em 25 de maio.

Cearense, o ex-deputado ficou conhecido por sua luta pela redemocratização do país. Foi vice-prefeito de São Paulo e, vítima de perseguição política no período pós-1964, exilou-se na França.

Retornou ao Brasil em 1967 e conquistou seis mandatos de deputado federal. Sua atuação foi dedicada à luta pela anistia e pelo movimento Diretas Já. Ele morreu em 1990.

João Alberto recebe processo contra Aécio no Conselho de Ética

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), disse que até segunda-feira terá uma decisão sobre a admissibilidade da representação contra Aécio Neves (PSDB-MG), senador afastado por decisão judicial. A representação, que pede abertura de processo por quebra de decoro, foi apresentada pela Rede e pelo PSOL e foi recebida ontem por João Alberto.

De acordo com o regimento, o presidente do conselho tem até cinco dias úteis para analisar o documento.

Consenso

Caso a representação contra Aécio seja admitida, o próximo passo será a designação

do relator. De acordo com o regimento, o presidente do Conselho de Ética deve designar o relator em até três dias úteis, mediante sorteio entre os membros do órgão. João Alberto ressaltou que, antes de tomar sua decisão, costuma conversar com os senadores do conselho. Segundo ele, é preciso buscar consenso quando envolve um processo de tanta "magnitude".

— Eu acho que um processo dessa magnitude não pode se resolver por 3 a 2, por 4 a 3. Nós temos que procurar a unanimidade. Você já pensou o que é cassar um senador por 8 a 7? Quer dizer, é um absurdo. E até mesmo a absolvição por 8 a 7. Nós temos que debater até encontrar um consenso — disse o senador.

Comissão de MP sobre operadoras de aeroportos será instalada hoje

Será instalada hoje, às 15h, a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 779/2017, que abre prazo de um ano para que as operadoras de aeroportos privatizados, com contratos assinados até

2016, peçam a reprogramação do cronograma de pagamento das outorgas previstas no contrato de concessão. Algumas concessionárias vêm alegando dificuldades financeiras para pagar as outorgas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Licença para a BR-319**
8h30 A Comissão de Infraestrutura promove audiência interativa para debater suspensão da licença de instalação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.
- CDR Caravana das Águas**
9h A Caravana das Águas, iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realiza visitas técnicas às obras de integração das bacias do Rio São Francisco e faz audiência em Pau dos Ferros (RN). Às 14h30, audiência em Caicó (RN).
- CAE Débitos de crédito rural**
10h A Comissão de Assuntos Econômicos pode analisar o PLS 354/2014, que institui procedimento para recomposição de débitos de crédito rural, e mais 21 itens.
- CAS Reforma trabalhista**
10h A Comissão de Assuntos Sociais vota o PLC 38/2017, sobre a reforma trabalhista.
- CE Políticas públicas**
11h A Comissão de Educação define as políticas do Executivo a serem avaliadas pelo colegiado. Logo depois, pauta de 15 itens.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Projetos que ratificam acordos internacionais estão na pauta.
- MP 771/2017 Legado olímpico**
14h30 A comissão da MP, que transforma a Autoridade Pública Olímpica na Autoridade de Governança do Legado Olímpico, analisa relatório.

- MP 773/2017 Gastos com educação**
14h30 A comissão da MP, que autoriza estados, Distrito Federal e municípios que não cumpriram o limite constitucional de gastos com educação no ano passado a compensarem a diferença até o final de 2017, analisa relatório.
- MP 780/2017 Débitos de autarquias**
14h30 A comissão da MP, que institui o programa de regularização de débitos não tributários com autarquias e fundações públicas, aprecia plano de trabalho.
- MP 783/2017 Regularização tributária**
14h30 A comissão da MP, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária, analisa plano de trabalho.
- PARLASUL Ponte no Rio Paraguai**
14h30 A Representação Brasileira pode analisar mensagem sobre o acordo entre o Brasil e o Paraguai para construção de ponte rodoviária sobre o Rio Paraguai entre Porto Murtinho (MS) e o distrito de Carmelo Peralta, no país vizinho.
- REUNIÃO DE LÍDERES Pauta**
14h30 Líderes definem votações.
- MP 779/2017 Outorgas de aeroportos**
15h Instalação e eleição do presidente e vice da comissão da MP, que flexibiliza pagamento de outorgas de aeroportos.
- MP 774/2017 Desoneração da folha**
15h45 A comissão da MP, que acaba com desonerações da folha, aprecia relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Reforma política entra na pauta a partir de hoje

Proposta reduz idade mínima para governadores e vices. Senado também pode aprovar esta semana PEC que acaba com prazo para a punição de quem cometer crime de estupro

A PARTIR DE hoje os senadores poderão votar, em primeiro turno, a redução da idade mínima para os cargos de governador e vice-governador. Esse é um dos diversos itens incluídos na pauta de votações do Plenário do Senado para esta semana.

O texto que será votado é o substitutivo do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 113A/2015, cujo texto original promove uma série de alterações no sistema político-eleitoral.

O relator optou por desmembrar a proposta, levando em consideração apenas pontos sobre os quais havia consenso. Também consta do substitutivo a autorização para que policiais e bombeiros retornem aos seus cargos após o fim de mandatos eletivos.

O texto estabelece que a idade mínima para os cargos de governador e vice passam dos atuais 30 anos para 29, de forma a permitir que jovens, conforme a definição legal do Estatuto da Juventude, possam ocupar tais cargos. Quanto à situação de policiais e bombeiros, segundo o relator, é uma questão de isonomia, visto que poderão reassumir seus postos de trabalho depois de cumprirem seus mandatos.

Emendas à Constituição

A PEC que inclui o crime de estupro na lista de delitos imprescritíveis e inafiançáveis pode ser votada em segundo turno no Plenário. De acordo com a proposta (PEC 64/2016), a possibilidade de punição pelo ato não se esgotará com o passar do tempo e não será possível ao criminoso ser liberado para aguardar julgamento



O Plenário pode votar esta semana três acordos internacionais e quatro propostas que alteram a Constituição, como a que cria o Simples Municipal

em liberdade mediante pagamento de fiança.

Também poderão ser votadas em primeiro turno outras duas PECs. A PEC 77/2015 cria o Simples Municipal, um regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios. Do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta busca garantir um tratamento diferenciado para os pequenos municípios. Para o autor, a PEC facilita o acesso a mais recursos e torna a prestação de contas mais condizente com a realidade que experimentam, de escassez de estrutura e de mão de obra com a necessária qualificação técnica para lidar, por exemplo, com as complexidades que envolvem a celebração de acordos interfederativos.

Já a PEC 103/2015 permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB),

a proposta é relatada por Anastasia. Na justificativa da proposta, Cássio afirma que a intenção é conferir ao Congresso um prazo mais elástico para conduzir o processo de elaboração da LDO sem que se tenha, ao final de cada semestre, de votar o tema no “afogadilho” devido ao prazo fixado em mandamento constitucional.

Também deve ser votado durante a semana o PLC 47/2015, que concede prioridade especial entre os idosos às pessoas com mais de 80 anos. A proposta determina expressamente que os maiores de 80 anos terão prioridade em atendimentos de saúde, exceto em emergências, e em processos judiciais. A proposta tem parecer pela aprovação.

Acordos internacionais

São três os acordos internacionais que devem ser analisados no Plenário pelos senadores durante a semana. O PDS 12/2017 estabelece os termos do acordo assinado pelo governo

brasileiro com a República de Gana sobre a regulamentação do trabalho remunerado de dependentes de representantes do corpo diplomático em missão oficial.

O PDS 14/2017 trata do acordo entre o Brasil e a Mauritânia sobre trabalho remunerado por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico. O acordo, que permanecerá em vigor por tempo indeterminado, foi celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.

Já o PDS 18/2017 cria um escritório da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi) no Brasil. O acordo, assinado em 2009 em Genebra (Suíça), regula ainda os privilégios e as imunidades dessa representação e de seus funcionários, levando em consideração os dispositivos da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, de 1947, assim como a legislação brasileira aplicável.

Entrevista de Joesley agrava crise política, afirma Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou o agravamento da crise política com a entrevista do empresário Joesley Batista à revista *Época* desta semana. Na reportagem, o empresário afirma que o presidente da República, Michel Temer, “é o chefe da quadrilha mais perigosa do Brasil”.

O senador classificou a oposição de irresponsável por afirmar que, com o impeachment de Dilma Rousseff, o Brasil voltaria a crescer:

— Que irresponsabilidade! Eles diziam que era tirar a Dilma e se resolvia tudo. A economia retomaria o crescimento, porque o problema era de confiança dos empresários — disse Lindbergh, acrescentando que 2,5 milhões ficaram desempregados somente no primeiro ano de Temer na Presidência.



Para Medeiros, fala de empresário tem inconsistências

A entrevista de Joesley Batista à revista *Época* tem inconsistências, disse José Medeiros (PSDMT). Como exemplo, o senador lembra que o empresário acusa Lula e o PT de institucionalizarem a corrupção no Brasil, mas afirma que o líder da quadrilha é o presidente Michel Temer, que está há apenas um ano no poder. Medeiros disse que a JBS teve seu maior lucro nos governos do PT e tentou a todo custo impedir uma CPI para investigar os empréstimos concedidos pelo BNDES.

O senador também comentou texto do jornalista Augusto Nunes que chamou a delação dos diretores da empresa JBS de “meia-delação premiadíssima”. Segundo Medeiros, em troca da impunidade perpétua, os empresários contaram só um pouco do que sabiam.



Ana Amélia condena corrupção e fraudes em fundos de pensão

Ana Amélia (PP-RS) registrou em Plenário levantamento do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre as operações da Polícia Federal de 2013 a 2017. A senadora relatou que, nesses quatro anos, foram realizadas 2 mil ações no combate à corrupção, cujos prejuízos estão estimados em R\$ 123 bilhões.

Ela ressaltou, porém, que os números revelam que o maior rombo nos cofres públicos não foi apurado pela Lava Jato, mas pela Operação Greenfield, que investiga fraudes em fundos de pensão. O valor desviado alcança R\$ 53,8 bilhões, disse:

— Eu me surpreendo com o silêncio dos chamados defensores do trabalhador em relação a esse gravíssimo problema: o uso de recursos dos fundos de pensão para aplicar em projetos de absoluto risco.



Capiberibe defende eleições diretas para a Presidência

João Capiberibe (PSB-AP) voltou a defender a proposta de emenda à Constituição que prevê eleições diretas caso haja vacância no cargo de presidente da República nos três primeiros anos do mandato.

Ele comemorou manifestação ocorrida na sexta-feira, em Belo Horizonte, em defesa de eleições diretas. Para o senador, a grande participação popular no ato mostra que o movimento ganha adesão e simpatia, inclusive de políticos como Ciro Gomes e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Os brasileiros já não aceitam os acordos de cúpula na busca de solução para a crise, disse.

— A luta pelas diretas é para ampliar a democracia, é para respeitar a decisão e o voto popular, que foi tão desrespeitado nesses últimos tempos.



Vanessa diz que veto de Temer prejudicou Zona Franca de Manaus

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) criticou o veto de Michel Temer a trechos do projeto de lei de conversão (PLV) oriundo da Medida Provisória 757/2016, que criou duas novas taxas sobre as atividades da Zona Franca de Manaus.

Para ela, que foi relatora da MP, a lei promulgada é contrária ao interesse público e prejudica o setor comercial da região, que não suportaria o aumento da carga tributária.

Vanessa lembrou que o texto foi objeto de amplo debate e de acordo no Congresso, por fim ignorado pelo governo Temer.

— Conseguimos, através do PLV, fazer e apresentar um novo texto, um texto substitutivo, no sentido de que todos fossem atendidos em seus pleitos, inclusive o comércio. A indústria e o comércio foram atendidos em seus pleitos — disse a senadora.

Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional

De acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, 54 transexuais foram assassinados neste ano até o início de maio. Propostas no Senado buscam apoiar essas pessoas na luta por direitos, como a adoção do nome social nos documentos

Larissa Bortoni

MARRONI LEVOU 18 facadas. Samilly foi baleada, assim como Gaby. Hérica morreu de tanto apunhar e ser jogada do alto de um viaduto. Depois de agredida com murros, pedradas e pauladas, Dandara levou dois tiros.

Essas são algumas das 54 transexuais brasileiras assassinadas até maio de 2017. Mais do que estatísticas, são seres humanos, com vidas, sonhos, irmãos, mães, pais e até filhos.

Esta reportagem encontrou algumas mães de vítimas da transfobia. Uma delas é Patrícia dos Santos Pereira, de Gravataí (RS), de 36 anos. Ela perdeu a filha Gabrielle Marchiori, de 19. O corpo da jovem foi encontrado em chamas.

— Meu sofrimento é pela crueldade da forma como ela foi morta. Se tivessem me dito que ela tomou um tiro e morreu, seria mais fácil, não ter de lidar com a perda, mas aceitar. Eu sofro muito a ausência dela e o meu coração está envenenado com ódio, porque eu penso como um ser humano consegue chegar ao ponto de queimar uma pessoa, carbonizar uma pessoa, sendo que aquela pessoa tem uma mãe. Eu dizia para as amigas dela: “Nunca esqueçam, vocês têm uma mãe em casa esperando”.

Patrícia conta não ter tido dificuldades com a decisão do até então Gabriel de mudar o gênero. A maior preocupação, porém, era justamente com a segurança da filha. Antes do assassinato, Gabrielle sofreu outras formas de violência, inclusive com facadas. — A gente tinha muita depen-

dência uma da outra. Ela podia ir para o mundo, as festas dela, as viagens dela, mas sempre voltava para o meu colo — afirma.

Já Francisca de Vasconcelos é mãe da transexual Dandara Kathelin. Dandara morava com a mãe, mulher simples da periferia de Fortaleza que se refere à filha como “ele”. E não busca muitas explicações para a transformação de Cleilson em Dandara. Aos 42 anos, sua filha foi agredida e levada até uma rua deserta, onde atiraram nela. O ato foi gravado e ganhou a internet. Francisca decidira não ver.

— Mas, uma ou duas semanas depois que o crime tinha acontecido, fui almoçar na minha cama e assistindo 190 [programa policial de TV]. Aí eu vi meu filho sentado no meio do sol quente no calçamento, esperando socorro, algum filho de Deus para socorrer ou então esperando a morte. Bem calmo, sem nenhuma reação. Cada pancada que ele pegava na cara ou na cabeça ele passava a mãozinha. Aí, pronto. Eu fechei a televisão. Não vi mais nada.

Ódio

Gabrielle e Dandara foram vítimas do chamado crime de ódio. Assassinadas por serem diferentes. Brutalmente mortas somente por serem pessoas que não se identificam com os corpos com os quais nasceram. Ou seja, se reconhecem como sendo do sexo oposto.

A raiz do crime de ódio, claramente, é o preconceito. Os criminosos não aceitam as diferenças, sejam elas relacionadas à raça, religião, orientação sexual, deficiências físicas ou mentais,

nacionalidade ou identidade sexual.

— Esses crimes passam por esse ódio secular que azeita nossas relações sociais. Combatê-lo é uma tarefa da cidadania, que a gente precisa enfrentar com um grande projeto de educação — afirma o coronel da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Íbys Silva Pereira. Ele diz que tentou conscientizar a corporação, na academia de polícia.

Como se vê, quem comete esse delito odeia quem é diferente, e acha que tem o direito de agredir e matar. Quando esse ódio é dirigido aos transexuais, há a transfobia.

Para a psicanalista Almira Rodrigues, a raiva está relacionada ao pavor do diferente. A profissional afirma que parte desse comportamento belicoso é ensinado, tem raízes culturais. O agressor aprende a ser assim.

— Por outro lado, há um elemento constitutivo de pessoas que é uma ação perversa mesmo. A pessoa não consegue lidar com as diferenças, então, precisa matar. Porque não é só discriminar, ela precisa extirpar, aniquilar o outro. Um nível interno de ódio muito grande.

Para o professor de psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Elia, um dos motores do ódio está ligado a questões íntimas do agressor.

— A primeira coisa a dizer é que a pessoa que agride ou mata tem muito a ver com esse alvo da agressão, ela não é alheia.

Além disso, acrescenta, a hostilidade é um reflexo do momento atual da humanidade contra os “indesejáveis”.

— O alvo não é exclusivamente, e nem talvez privilegiadamente, os transexuais. É um caso particular de um ódio maior ao usuário de droga, de crack, à população pobre e negra que comete transgressão ou crime e a sociedade está querendo sempre rechaçar, senão exterminar — complementa.

Em julgamento de 2015, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso também apontou o estigma como fonte de violência.

— O Brasil é o líder mundial

de violência contra transgêneros. Entre janeiro de 2008 e dezembro de 2014, foram registrados 1.731 homicídios.

Violência

O ápice da violência contra as pessoas é o homicídio, mas há muitas outras formas de agressão. A secretária de Comunicação Social da Rede Nacional de Pessoas Trans e professora da rede pública de Minas Gerais, Sayonara Nogueira, garante nunca ter sido discriminada por alunos ou pais.

uma rua de Uberlândia (MG), quando Sayonara foi abordada por três homens.

— Eu estava voltando de uma casa noturna às 11h da noite. Três rapazes mexeram comigo, achando que eu era uma mulher cis. Mas, quando eles perceberam que era trans, me agrediram, me arrastaram por cerca de 100 me-

três metros. A expectativa de vida das travestis e das mulheres trans é de 35 anos. A média nacional, segundo dados do IBGE é de 75,5 anos. O tema é objeto de estudo do psicólogo Pedro Sammarco, autor do livro “Travestis envelhecem?”

— Muitas acabam se envolvendo com drogas, com a noite,

mas adequada também tem uma função importante no combate à homofobia. Para Tatiane Aquino, presidente da Rede Nacional de Pessoas Trans e conselheira nacional de combate à discriminação LGBT, o Estado precisa cumprir a sua parte.

— Em países vizinhos há princípios de inclusão ainda incipientes no Brasil. Na Argentina, a lei já garante a alteração do prenome para as pessoas trans, mas o Brasil ainda patina nesse tipo de legislação — afirma. Para Lu-

feito a transição para o gênero feminino, os colegas e diretores da escola onde trabalhava insistiam em se referir a ela com o nome do registro civil. Era uma mulher chamada por um nome de homem. O caso dela chegou ao conhecimento do então governador de Minas Gerais e atual senador Antonio Anastasia (PSDB). Ele baixou uma norma, em 2011, que reconhecia no estado o nome social.

— Estamos diante da realidade do século 21. Temos que perceber que, de fato, a sociedade avança e que as pessoas são livres, sempre em um regime democrático. Por isso, a medida me pareceu à época muito acertada e se estendeu pelo Brasil afora, tornando-se hoje uma coisa praticamente rotineira — lembra.

Portarias semelhantes foram editadas em outros estados, em alguns municípios e chegaram ao governo federal. Em abril do ano passado, pouco antes de ser afastada da Presidência, Dilma Rousseff assinou o Decreto 8.727/2016, permitindo o uso do nome social de transexuais e travestis na administração pública da União. O nome social deve estar nos documentos oficiais, como crachás, fichas e publicações do Diário Oficial da União. Nos formulários e sistemas de registro de informações também devem constar o campo “nome social”.

Documentos

Está em análise no Senado um projeto de Marta Suplicy (PMDB-SP) que permite que transexuais troquem de nome em documentos de identidade. Se a proposta (PLS 658/2011) virar lei, a mudança será em registros, como carteira de identidade, título eleitoral, certidão de nascimento e passaporte, mesmo em casos que não haja mudança cirúrgica de sexo.

— A pessoa ia embarcar num avião e o documento era de João da Silva, mas se via uma mulher e não a deixavam embarcar. Quem nunca sofreu isso ou teve contato com pessoas nessa situação não consegue captar a dimensão do horror que é você estar num corpo que é estranho ao que você se sente — justifica a senadora.



“Sofro transfobia todos os dias. No mercado, no açougue, na farmácia, na unidade escolar onde dou aula. A criança não é transfóbica. Quando transicionei, os alunos me receberam perfeitamente. O problema foram os outros professores, o pessoal. Ainda não tenho a retificação do nome. Há 3 anos entrei na Justiça. O laudo diz que sou mulher. Aguardo o juiz efetivar.”
Alexya Salvador, 36, professora

“A transfobia é inerente à nossa vida. Começa cedo, em casa, e depois se transfere pra rua. É toda uma vida cercada de preconceito. Quando apresento o documento, a primeira coisa que perguntam é ‘cadê’ o homem daqui?’. Uma violência muito grande. Não nos acostumamos a respeitar o outro como ele se apresenta.”
Keila Simpson Souza, 52, prostituta

“Ligam transfobia a violência física. Mas sofrer transfobia é viver numa sociedade que não me entende enquanto mulher. Tive a retificação de nome, mas não consegui a de sexo. São instâncias diferentes. Não deveria precisar de outra pessoa pra reconhecer quem eu sou.”
Ludymilla Santiago, 34, publicitária

“Ainda não pude retificar meus documentos. É um processo burocrático e caro, que fica ao poder discricionário de cada juiz. A violência transfóbica ocorre em diversos níveis. Há números alarmantes de assassinatos, mas, antes de morrerem, as pessoas passam por situações de violência simbólica que lhes retiram o direito de ter vidas plenas como seres humanos.”
Marcelo Caetano, 27, cientista político

“No Brasil, transfobia é estrutural. Vai de apresentar um documento e a pessoa te acusar de falsidade ideológica ao assédio no transporte público. Não tenho meu nome retificado porque tenho uma dívida e isso ainda é um impedimento. São criadas muitas burocracias pra impedir a gente de acessar o nome social.”
Taya Carneiro, 24, mestranda em comunicação



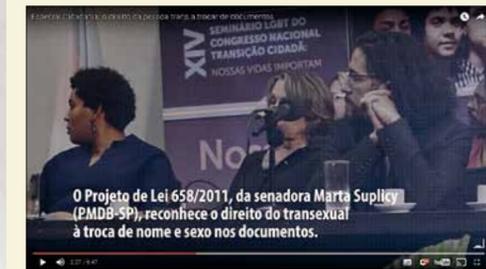
“Na sigla LGBT, o T é de transexual. Foi acrescentado depois, reconhecido lentamente. É o que mais sofre, menos protegido, menos respeitado. Daí veio esse projeto de lei pra que ele possa mudar sua identidade e possa entrar no código civil e na lei de registro público”.
Marta Suplicy (PMDB-SP)



“É uma população que sofre muito, a LGBT, assim como a negra. LGBTfobia é um tema que tem que ser debatido. Temos audiências públicas aprovadas, seminário. Às vezes a pessoa não tem aceitação nem na própria casa. É um tema sobre o qual o Brasil tem que se debruçar”.
Regina Souza (PT-PI)



“Sou o autor dos Estatutos da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, do Idoso... todo e qualquer tipo de discriminação tem que ter condenação de crime inafiançável e hediondo. Violência contra a orientação social é inadmissível. Fere diretamente a alma”.
Paulo Paim (PT-RS)



Veja o vídeo da Agência Senado sobre transfobia e as propostas em tramitação no Congresso em defesa das pessoas trans: <http://bit.ly/CidadaniaTranssexual>

Saiba mais

Programa da Rádio Senado
<http://bit.ly/AmorResposta>

Decreto 8.727/2016
<http://bit.ly/decreto8727de2016>

PLS 658/2011
<http://bit.ly/PLS658de2011>

SUG 5/2016
<http://bit.ly/sugestao5de2016>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Em depoimento a CPI, bancos negam dívidas com a Previdência Social

Representantes de 5 instituições disseram que débitos se referem a pagamentos pendentes que estão sendo questionados na Justiça

REPRESENTANTES DOS CINCO maiores bancos do país afirmaram ontem à CPI da Previdência que estão em dia com a Previdência Social, mas têm pagamentos pendentes que estão sendo questionados na Justiça. De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, estariam na lista dos maiores devedores de impostos previdenciários o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Itaú, o Bradesco e o Santander.

Antes de passar a palavra aos convidados, o presidente da CPI da Previdência, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que a comissão já fez 15 reuniões e que todos os setores da sociedade estão sendo ouvidos.

— Aqui ninguém quer holofote. Queremos esclarecer os fatos e saber a verdade do que está acontecendo com a Previdência Social — afirmou.

O relator do colegiado, Hélio José (PMDB-DF), disse que seu relatório sobre os trabalhos da CPI terá compromisso com a verdade. Ele afirmou que, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda, os cinco bancos têm, somados, dívida previdenciária de mais de R\$ 3 bilhões.

Todos os cinco convidados afirmaram que as dívidas divulgadas pela procuradoria são, na maioria, questionamentos que os bancos fazem

sobre a incidência ou não de impostos previdenciários em parcelas do salário do trabalhador que os bancos consideram como verbas indenizatórias, mas que a Receita Federal considera verbas remuneratórias e, por isso, devem ser tributadas.

Contribuição patronal

Os participantes citaram como exemplo auxílio-creche, vale-transporte, terço constitucional de férias, venda de licença-prêmio ou de fração de férias, participação nos lucros, vale-alimentação, aviso prévio indenizado e outras parcelas. Os representantes dos bancos garantiram que nenhuma dessas dívidas se refere a contribuições previdenciárias dos funcionários, mas apenas a contribuições patronais.

Entretanto, ao questionar algum pagamento na Justiça,

o banco tem de fazer depósito judicial no valor questionado e esse depósito fica à disposição do Tesouro Nacional até o fim do processo.

O diretor de Auditoria Fiscal do Bradesco, Marcelo Santos Dall'Occo, informou que a entidade tem 105 mil funcionários e recolheu aos cofres públicos R\$ 2,3 bilhões de contribuições previdenciárias em 2016. Ele afirmou que o Bradesco tem obrigação perante acionistas de contestar judicialmente valores que o banco considera irregulares.

O superintendente nacional de Contabilidade e Tributos da Caixa, Marcos Brasiliano Rosa, afirmou que o banco “cumpr regularmente com suas obrigações tributárias”. Ele reforçou o argumento de que as dívidas contestadas judicialmente são divergências entre a Caixa e a

Receita sobre em quais parcelas salariais devem incidir os impostos previdenciários.

O superintendente jurídico-tributário do Itaú Unibanco, Sergio Gordon, também disse que esse impasse explica a grande maioria dos débitos do banco questionados na Justiça.

Já o superintendente-executivo do Jurídico do Banco Santander, Alessandro Tomao, informou que parte das dívidas são referentes a outras instituições bancárias adquiridas pelo Santander. Ele disse que o banco pagou R\$ 1,2 bilhão à Previdência no ano passado e que tem 45 mil funcionários.

O gerente de Contadoria do Banco do Brasil, Raimundo Júnior Mangabeira Gonçalves, garantiu que a entidade “paga seus impostos pontualmente e mantém sua regularidade fiscal em dia”.



Para Dall'Occo, Brasiliano e Tomao, há divergência sobre em quais parcelas salariais deve incidir imposto previdenciário

DÊ SUA OPINIÃO

Texto isenta de imposto compras no exterior de até US\$ 1 mil

Chegou à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão Legislativa 20/2017, apresentada pelo Portal e-Cidadania. O objetivo da sugestão é isentar de impostos de importação mercadorias de até US\$ 1 mil, quando adquiridas por pessoas físicas. O relator é o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O texto da sugestão não especifica o tipo de mercadoria ou a forma de entrada no país que deveriam ser abrangidas pela isenção.

Atualmente, cada passageiro pode entrar no Brasil com até US\$ 500 em mercadorias compradas no exterior sem ter que pagar imposto.

Qual a sua opinião sobre o projeto? Vote em: <http://bit.ly/SUG20-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal

Paim condena votação da reforma trabalhista sem alteração no texto

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a votação da reforma trabalhista marcada para hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para ele, ao não revistar o texto que saiu da Câmara, o Senado deixa de exercer seu papel constitucional. Ele disse que até o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), já reconheceu que o projeto tem trechos inadequados. Segundo Paim, muitos senadores se recusam a alterar o texto por acordo com o Planalto para votar rapidamente. O problema, disse, é que o acordo foi firmado com um presidente acusado “de chefe de quadrilha” por Joesley Batista.

— E eu falo com senador, falo com relator, e todos dizem que [a reforma trabalhista] tem problema, mas que o chefe mandou — afirmou Paim.

Telmário pede sanção de MP que beneficia servidores de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) apelou ao presidente Michel Temer que sancione na íntegra a Medida Provisória 765/2016.

O texto, que concede reajustes a servidores federais e reestrutura cargos e carreiras do serviço público, entre as quais as da Receita Federal, foi aprovado pelo Senado e seguiu para sanção no começo do mês. Telmário disse que a MP é uma medida de justiça, que corrigirá mais de 30 anos de sofrimento e de espera.

— Faço um apelo ao presidente para que faça a sanção o mais rápido possível, para acabar com esse sofrimento, essa longa espera.



Reguffe critica texto que permite ao BC assinar acordo de leniência

Reguffe (sem partido-DF) criticou a MP 784/2017, que dá ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários o poder de assinar acordos de leniência com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem infração. Ele disse que o Banco Central é subordinado ao presidente da República e que o próprio presidente estaria homologando indiretamente os acordos.

— O Banco Central deve fiscalizar o sistema financeiro, não assinar acordos de leniência que podem favorecer pessoas e empresas que lesaram o contribuinte durante anos e que precisam ser punidas e ressarcir os cofres públicos.



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Audiência aponta início de nova ordem global

Para especialistas, a eleição de Trump nos EUA e a saída do Reino Unido da União Europeia sinalizam um fim de ciclo na geopolítica internacional

FENÔMENOS COMO A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Europeia (conhecida como Brexit) e a ascensão da China como potência global sinalizam um fim de ciclo na geopolítica internacional e a inauguração de uma nova ordem, concluíram os convidados de audiência realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Eles apontaram que ainda não é possível prever que tipo de configuração geopolítica emergirá desses novos fatos, mas já se pode observar que a balança de poder está em xeque.

O ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim afirmou que projetos de integração são instrumentos econômicos, mas são predominantemente políticos, visando afastar a possibilidade de conflito.

— Vamos ter que analisar, para além das perdas comerciais, até que ponto a saída do



Guilherme Sandoval Góes, deputada Bruna Furlan, senador Fernando Collor, Celso Amorim e Klaus Dalgaard debatem o Brexit na Comissão de Relações Exteriores

Reino Unido representa ou não o enfraquecimento de uma estrutura de paz mundial — disse.

Mercado

Amorim também observou que as políticas de Trump podem beneficiar o Brasil. Para ele, o fim da parceria Transpacífico é positivo, pois esse tratado faria o Brasil (mesmo não fazendo parte dele) renunciar a muitas autonomias econômicas para se adequar ao novo mercado local. Além disso, explicou Amorim, a figura pouco carismática ou

agregadora de Trump pode impelir os países sul-americanos a se unirem entre si.

Segundo o professor Klaus Dalgaard, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o acordo de separação, desenhando as novas relações entre o Reino Unido e a União Europeia, precisa estar concluído até o fim de março de 2019. O panorama de negociação não é simples e a volatilidade política é alta — caso qualquer um dos outros 27 membros rejeite as condições estabelecidas, a saída britânica

será total, o que significa um grande abalo no continente.

— A melhor solução possível para o Reino Unido é um acordo interino, pelo qual o país participaria do mercado comum sem representação nas decisões supranacionais, enquanto se ganha tempo para negociar um acordo mais detalhado que não seja tão nocivo quanto a saída total — afirmou.

O professor Guilherme Sandoval Góes, da Universidade Estácio de Sá (RJ), disse que o quadro geopolítico global firmado após o fim da Guerra

Fria está em “desconstrução”, e o principal resultado pode ser a dissolução dos três polos de poder das últimas três décadas: o americano, encabeçado pelos Estados Unidos; o europeu, consolidado na União Europeia, e o asiático, que tinha o Japão como principal potência.

Amorim disse que, no cenário antigo, o multilateralismo afirmativo era um dos pilares do sistema pós-Guerra Fria, junto com o capitalismo liberal e a democracia ocidental. Esse sistema, segundo ele, está posto em dúvida.

Senadores visitam obras de transposição do Rio São Francisco

Integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deram início ontem a uma série de visitas técnicas às obras de transposição do Rio São Francisco. As visitas receberam o nome de Caravana das Águas.

A caravana visitou obras paralisadas em Terra Nova, em Pernambuco; as Barragens de Jati, no Ceará; e São José de Piranhas e Cajazeiras, na Paraíba. A intenção, explicou a presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), é mobilizar a população e, com isso, sensibilizar o Judiciário para liberar

a retomada das obras.

— É uma obra praticamente concluída. Esse sonho não pode virar pesadelo para as populações de quatro estados, que serão as beneficiadas com essa grande obra de caráter humano e social — afirmou.

Humberto Costa (PT-PE), que participa da caravana, explicou que a Justiça suspendeu as obras porque a licitação foi contestada. Ele disse que a situação precisa ser definida.

— Viemos buscar as informações para poder cobrar do governo federal agilidade nas obras. Também vamos nos

dispor a abrir diálogo com o Judiciário para que haja uma solução definitiva: ou a licitação ser completamente anulada, ou, então, ser homologada.

Para esta semana, estão marcadas duas audiências públicas no Rio Grande do Norte. Senadores vão entregar uma carta da Caravana das Águas à presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e ao ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, pela retomada das obras.

Leia Arquivo S sobre a transposição: <http://bit.ly/ArquivoSjun2017>



Humberto e Fátima na Barragem de Jati, no Ceará, no primeiro dia da caravana

Hélio José defende trens de passageiros no DF

A precariedade do transporte público nas grandes cidades foi criticada por Hélio José (PMDB-DF), que cobrou mais investimentos em mobilidade urbana. Mencionando a situação do Distrito Federal, ele disse que os problemas de trânsito se agravam a cada dia, pois o serviço de ônibus é deficiente e o metrô não recebe as expansões necessárias. O senador afirmou que, diante da falta de transporte público, a frota de carros particulares no DF praticamente dobrou em dez anos. Ele sugeriu mais investimentos no transporte ferroviário de passageiros, que, segundo ele, traria benefícios ao DF e cidades vizinhas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gurgacz critica embargo dos trabalhos na BR-319

Acir Gurgacz (PDT-RO) lamentou que, mais uma vez, a obra de recuperação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, tenha sido embargada pela Justiça Federal, em decisão liminar, a pedido do Ministério Público Federal.

Gurgacz lembrou que a paralisação gera prejuízos à população. As obras já consumiram mais de R\$ 100 milhões em estudos de impacto ambiental e no asfaltamento de 250 quilômetros em cada extremo da estrada, disse:

— Eu comparo esse embargo ao desperdício de dinheiro provocado pela corrupção em nosso país. É praticamente a mesma coisa.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano Férrer pede solução para rodovia no Piauí

A recente sequência de acidentes com vítimas fatais na BR-135 foi lembrada por Elmano Férrer (PMDB-PI), que manifestou preocupação com a segurança na rodovia. O senador salientou o temor da população dos municípios do Piauí atendidos pela rodovia e pediu ao Dnit uma solução emergencial para aumentar a segurança na BR-135, que seja compatível com a limitação de recursos.

— Todos nós [estamos] preocupados com uma solução para a BR-135, pela importância econômica, pela importância social, enfim, pelas ligações que essa estrada faz do Norte e do Nordeste.



Jefferson Rudy/Agência Senado

João Alberto lamenta morte de pastor no MA

João Alberto Souza (PMDB-MA) lamentou ontem o falecimento do pastor Boaventura Pereira de Sousa, da Igreja Assembleia de Deus de Bacabal, no Maranhão. Segundo o senador, o pastor, que faleceu no dia 11, viveu 90 anos se dedicando à obra de Deus.

De acordo com João Alberto, o pastor era respeitado por integrantes de todas as religiões.

— As pregações do pastor serão lembradas porque falavam de amor e de graça. Palavras que demonstravam a linguagem universal do Evangelho, que não faz distinção de raça ou credo, mas une a todos em torno de Cristo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

OIT não apoia reforma, afirmam debatedores

Participantes de audiência contestaram informação, que constaria de relatório aprovado na CAE, de que a Organização Internacional do Trabalho chancela mudanças propostas

CONVIDADOS DE AUDIÊNCIA pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) apontaram como falsas as afirmativas de que o projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017) obteve a chancela da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para os convidados, além de nunca ter existido manifestação de apoio de nenhuma instância da OIT à proposta, as linhas da reforma colidem frontalmente com princípios consagrados nas convenções internacionais criadas a partir dos esforços dessa agência, braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões de trabalho.

Os participantes lembraram que a OIT divulgou relatório após a recente Conferência de Genebra no qual condena a aplicação da negociação coletiva com o objetivo de flexibilizar direitos definidos em lei, na linha que estaria sendo seguida pela reforma brasileira. De acordo com o representante do Ministério Público do Trabalho, Renan Bernardi Kalil, o comitê deixou claro que a negociação coletiva foi concebida para estabelecer condições de trabalho mais favoráveis do que aquelas estabelecidas em lei, “não para rebaixar direitos”:

— Cria-se uma situação em que trabalhadores não vão mais querer usar a negociação coletiva. O instrumento terá sua credibilidade afetada diante da sociedade, ficando prejudicado o processo de pacificação social, que é, afinal, o que se deseja — criticou.

A vice-presidente da Associação



Paim (C) conduz debate com integrantes de entidades sindicais, da Justiça e do Ministério Público para avaliar proposta do governo com base em princípios da OIT

ção Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Aparecida Garcia Porto, foi enfática ao dizer que o projeto afronta tanto a Constituição como as convenções da OIT, a exemplo da Convenção 98, que trata do direito de organização e de negociação coletiva. Ela observou que o texto acaba com o sistema obrigatório de financiamento dos sindicatos, mas sem definir transição ou soluções alternativas. Na prática, concluiu, haverá o desmantelamento da representação dos trabalhadores, uma “ofensa à liberdade sindical”:

— Preponderaria um sistema anômalo, muito mais grave para a liberdade sindical do que o atualmente vigente.

Precarização

Para Noemia, o resultado geral da reforma é a descaracterização do “caráter protetivo” do direito do trabalho no Brasil. Como exemplo, ela citou a precarização de normas de segurança e saúde no trabalho, com a admissão da possibilidade de negociação sobre o grau de insalubridade, o pagamento

por produtividade e a prorrogação da jornada em ambiente insalubre sem licença prévia dos órgãos competentes.

A audiência foi sugerida por Paulo Paim (PT-RS), que também dirigiu os trabalhos. O objetivo foi debater a reforma trabalhista, com base em princípios definidos em diversas convenções da OIT, e a reforma previdenciária.

Os debatedores afirmaram que a suposta chancela da OIT ao projeto da reforma trabalhista constou do relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o texto já foi aprovado. Ferraço também é o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deve votar a proposta hoje (leia abaixo).

Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antônio Lisboa disse que habitualmente a OIT relaciona casos para debate durante as conferências e que, a partir de denúncia feita pelas centrais sindicais, a reforma trabalhista brasileira chegou a ser cogitada para entrar na lista

deste ano, mas acabou ficando de fora dos 24 casos finalmente abordados. A seu ver, por “ignorância ou estupidez”, Ferraço interpretou que essa exclusão significou o arquivamento do caso e uma espécie de aval da entidade ao projeto.

— O que posso assegurar é que a imagem do governo brasileiro, se já era ruim, piorou ao se expor a organização internacional desse modo — disse.

Denúncia

Segundo Lisboa, o “capital internacional” tem profundo interesse na aprovação da reforma, pois o que se passar no Brasil servirá de modelo para outras partes do mundo. Mas salientou que as centrais sindicais continuam firmes no propósito de derrubar a reforma, inclusive renovando a denúncia já feita à OIT, caso o projeto seja aprovado.

Alvaro Egea, da Central dos Sindicatos Brasileiros, também condenou a afirmativa de que a OIT apoia a reforma trabalhista. Para ele, as mudanças só atendem o empresariado.

Paim afirmou que o pre-

sidente Michel Temer não tem credibilidade para liderar reformas que afetam tão profundamente os direitos dos brasileiros. No caso da Previdência, ele voltou a condenar os argumentos de que o sistema seja deficitário, apontando como problema maior os desvios e a falta de gestão. Paim pediu que os eleitores pressionem os senadores de seus estados a rejeitar a proposta. Ele também pediu apoio à próxima greve geral contra as reformas, em 30 de junho.

— Temer é quem está capitaneando as duas reformas. Faz delas seu “cavalo de Troia”, vendendo uma imagem bonita para liquidar os interesses do povo, tanto de quem trabalha quanto de quem um dia quer se aposentar — acusou o senador.

Para Alexandre Caso, da Intersindical — Central da Classe Trabalhadora, o que está acontecendo no país é a continuidade de um “golpe”. Ele observou que os brasileiros que elegeram Dilma Rousseff não votaram no programa de reformas que agora Temer trabalha para aprovar.

Mudanças trabalhistas devem ser votadas hoje em comissão

O projeto que pretende modificar a legislação trabalhista (PLC 38/2017) deve ser votado hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com sugestões à Presidência da República de vetos e aperfeiçoamentos por meio de medida provisória.

Pelo acordo, os parlamentares terão pelo menos uma hora e meia para se manifestar sobre a proposta antes da votação. Um dia depois da votação na CAS, será a vez de Romero Jucá (PMDB-RR) ler seu relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A previsão é que a passagem pelas comissões se encerre no dia 28, com a votação na CCJ. A partir daí, o PLC 38/2017 estará pronto

para análise no Plenário.

O eixo da reforma é a prevalência do negociado sobre o legislado, com reforço aos acordos coletivos e novo enfoque nas negociações individuais entre patrão e empregado em pontos como acúmulo e uso de banco de horas, horas extras, compensação de jornada e horários de descanso para a mulher.

Flexibilidade

Ferraço destaca no relatório estudos sobre os malefícios da rigidez na lei trabalhista. Segundo ele, leis excessivamente duras têm efeitos deletérios no nível de emprego e no crescimento econômico, pois a regulação pesada dessas relações vem associada a “uma economia informal maior, a uma baixa taxa de participação na força de trabalho e alto desemprego, atingindo

especialmente os jovens”.

O senador frisa que há salvaguardas e limites para a prevalência da negociação sobre a lei no próprio texto do PLC 38, como a manutenção da participação dos sindicatos. Na opinião dele, o fim da contribuição sindical obrigatória cria um poderoso incentivo para que os sindicatos atendam de fato aos interesses dos trabalhadores. Além disso, o rol de itens que não podem ser negociados — salário mínimo, 13º salário, hora extra, repouso semanal remunerado, férias e garantia de pagamento do adicional de um terço do salário, entre outros — também dá segurança ao empregado.

Sugestões de veto

Ferraço manteve as recomendações de veto a seis pontos, como o trabalho insalubre para gestantes e

lactantes, o acordo individual para estabelecer a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso e a jornada intermitente, apesar de defender a contratação de trabalhadores por esse novo formato. Ele disse, em entrevista veiculada em suas redes sociais, que a contratação diferenciada para determinados setores da economia, como bares, hotéis e restaurantes, é a ideal. Mas, para valer de verdade, exige regras mais detalhadas que podem ser editadas por uma medida provisória.

— É possível e necessário que você possa contratar pessoas para trabalhar sexta, sábado e domingo e a pessoa possa receber proporcionalmente, com todos os direitos, carteira de trabalho, formalização e assim por diante — defendeu.

A oposição apresentou quatro votos em separado, todos

pedindo a rejeição completa do texto.

Na última reunião da CAS Paulo Paim (PT-RS) chegou a fazer um apelo para que os senadores busquem um texto de consenso sobre a reforma, aprimorando o que veio da Câmara dos Deputados, sem que o Senado abra mão de ser a Casa revisora.

— Não pode vir um projeto que altera a CLT em 117 artigos aqui para a Casa e a gente só carimbar, sabendo que a Câmara cometeu absurdos. Vamos pegar os votos em separado, os quatro da oposição e o [texto] do relator, vamos ver o que é possível construir, aí o projeto volta para a Câmara e ela ratifica ou não. Isso é bom senso, o razoável, ninguém está dizendo que não é para fazer reforma nenhuma, nós tiraríamos todos os absurdos — disse Paim, na sexta-feira.